

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2024 DO CONSELHO 2 ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ - CEPI/PR**

3

4 Ao décimo segundo dia do mês de novembro de 2024, com início às treze horas e
5 quarenta minutos, reuniram-se presencialmente no IDR os **Conselheiros**
6 **Governamentais:** Andre Luiz Brandão/SESP (Titular), Miriam Fuckner/SEAB (Titular),
7 Caroline Willrich/FUNAI (Suplente), Lucimar Pasin de Godoy/SESA (Titular), Daniel
8 Andreatta/SEDEF (Suplente), Claudia Chipon Staude/SEEC (Suplente), Renê Wagner
9 Ramos/SETI (Suplente), Gustavo Henrique Mussi Augusto/CC (Titular), Melissa Colbert
10 Bello/SEED (Titular). **Conselheiros da Sociedade Civil:** Antoninho Karay Delani/Etnia
11 Guarani (Titular), Miguel Alves/Etnia Kaingang (Titular), Everton Cipriano/Etnia Kaingang
12 (Titular), Adriano da Silva/Etnia Xetá (Titular), Angelo Kāvigtáh Rufino/Etnia Kaingang
13 (Titular), Valdemar Kehunh Cassemiro da Silva/Etnia Kaingang (Titular), Izaias
14 Benites/Etnia Guarani (Titular), Celio Timoteo/Etnia Guarani (Suplente), Cornelio Veravy
15 Alves/Etnia Guarani (Suplente), Marcia Jera Pires de Lima/AMIOR (Titular), Wallace
16 Raulino Sampaio/Etnia Guarani (Suplente), Eloy Jacintho/Etnia Guarani (Titular), Fátima
17 Kóyo Lourenço/Etnia Kaingang (Titular), Osmarina de Oliveira/CIMI (Titular). **Ouvintes e**
18 **convidados:** Luiz Antonio Mariotto Neto/COHAPAR, Schirle Margaret dos reis
19 Branco/IAT, Mauro Leno/FUNAI, Camille Vieira da Costa/DPE, Reginaldo/SANEPAR,
20 Franciele Alves da Silva/COPEL, Ricardo Baraviera Sobrinho/DSEI, Mateus Camilo dos
21 Santos/IAT, Fernanda Lima dos Santos/Kaingang, Ge Figueiredo/SEMPI, Natália
22 Schmidt/SEMPI, Hayanne Iovanovitchi/SEMPI, Olympio de Sá Sotto/MPPR,
23 Rafael/MPPR, Giovana Magnaguagno/IAT, Barbara/CAOPJDH, Caroline/CAOPJDH.
24 **Secretária-executiva:** Taise Alessandra Passos. **Pautas:** 1. Boas-vindas do Presidente; 2.
25 Verificação de quórum; 3. Leitura e Aprovação das pautas; 4. Informes Gerais; 5.
26 Aprovação das Atas das reuniões dos dias 25 e 26 de setembro; 6. Preenchimento do
27 relatório das comissões, coordenadores e relatores; 7. Relato das Comissões; 8. Relato
28 do CONDISI; 9. Aprovação do Calendário de reuniões de 2025; 10. Solicitação de vagas
29 para FUNAI no Sul; 11. Comissão/Câmara temporária; 12. Curso de formação para
30 conselheiros – 13/10; 13. Regularização Kakané Porã; 14. Encerramento. A **Secretária-**
31 **executiva** inicia a contagem do quórum e declara aberta a reunião. **Miguel/Etnia**
32 **Kaingang:** inicia a leitura e aprovação das pautas. **Eloy/Etnia Guarani:** solicita a inclusão
33 de pauta do encontro dos caciques pela necessidade de uma reunião mais ampliada,

2

3

4

34 entre as lideranças do Conselho e lideranças de base, e a inclusão de uma discussão a
35 respeito da COP30 de 2025, em que acha importante a participação das lideranças
36 indígenas e do Conselho. **Miguel/Etnia Kaingang:** afirma uma série de preocupações em
37 relação aos projetos que serão vinculados ao programa do Estado, de acesso a recursos
38 que os indígenas não tem. Comunica a importância das lideranças indígenas do Conselho
39 participarem como comissão representativa dentro do Conselho do Estado. **Secretária-**
40 **executiva/Taise Alessandra Passos:** explica que a pauta demonstrada inicialmente
41 estava incorreta. Questiona Osmarina se tinha necessidade de manter a pauta de repasse
42 de informações sobre as negociações do STF na ACO 3555, e ela afirma. **Miguel/Etnia**
43 **Kaingang:** solicita inclusão da convocação de reunião online extraordinária. **Inclusão de**
44 **Pauta:** Encontro de Lideranças; COP30 e Convocação de Reunião Online Extraordinária.
45 Pautas aprovadas. **Pauta: Informes gerais. Secretária-executiva/Taise Alessandra**
46 **Passos:** Divulga a Conferência Territorial de Mulheres Indígenas, na qual a organização
47 está partindo do Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas, ANMIGA e
48 Aporã eté. A SEMIPI foi convidada para apoiar a conferência no sul, que será realizada
49 em Piraquara/PR, no território do Eloy, e acontecerá entre os dias 09 e 13 de dezembro.
50 A SEMIPI não está no processo de organização e será apenas apoiador, está trazendo a
51 pauta a título de informe pois talvez venha uma solicitação para o Conselho indicar
52 participantes. Provavelmente serão indicadas a Fátima e a Marcia, mulheres indígenas.
53 **Miguel/Etnia Kaingang:** pergunta da participação da associação de mulheres indígenas.
54 **Eloy/Etnia Guarani:** cita que o encontro vem sendo organizado pela Articulação Nacional
55 das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), pelo Ministério dos
56 Povos Indígenas e algumas organizações de base também. É um encontro de mulheres
57 preparativo para a conferência nacional, que já tem algumas delegadas, mas que serão
58 escolhidas outras também. O objetivo é fazer o levantamento de pautas e demandas dos
59 territórios. O convite para a SEMIPI é por parte do Ministério dos Povos Indígenas, eles
60 ainda não tem um posicionamento favorável da SEMIPI por parte do apoio e seria bom
61 afinar essa relação pelo Conselho. O território não tem estrutura para um evento desse
62 porte, nesse sentido pede o apoio dos órgãos presentes por conta de tenda, alimentação,
63 banheiros químicos. A escolha do território é para trazer um evento como esse para uma
64 localidade de reencontro e mostrar a realidade da vivência das mulheres em territórios
65 que não tem a estrutura que as vezes um demarcado tem. **Secretária-executiva/Taise**

66 **Alessandra Passos:** A Secretária Leandre, ela e a Diretora Mariana participaram de uma
 67 reunião com a Pagu, diretora do Ministério das Mulheres, e a Secretaria já se
 68 disponibilizou a colaborar com a alimentação, transporte e produtos de higiene. De
 69 qualquer maneira, o que mais surgir de demandas e os órgãos que tiverem interesse de
 70 colaborar estarão trabalhando nisso, mas o protagonismo não será da SEMIPI.
 71 **Eloy/Etnia Guarani:** A limitação do evento é por conta das condições. É um evento
 72 aberto para as mulheres, mas dentro das condições da organização é limitado para
 73 conseguir trazer as futuras delegadas, fora isso, o grupo de mulheres que conseguirem
 74 participar também é importante. **Marcia/AMIOR:** cita que é importante esse momento
 75 para fortalecer as mulheres cada vez mais na luta, e que precisam do suporte dos
 76 homens para que possam trabalhar junto, para dar uma equilibrada. Enquanto mulheres
 77 não importa a etnia, devem sempre trabalhar juntas e se fortalecer, pois a luta da AMIOR
 78 é de acolhimento, de ouvir, o que é importante demais. Sempre participa de encontro de
 79 mulheres, é o momento de se entenderem melhor, conversar. É difícil entender como
 80 funciona a cabeça dos homens, e a mesma coisa os homens não entendem a cabeça das
 81 mulheres, por isso é importante diálogo e acompanhamento. **Fátima/Etnia Kaingang:** cita
 82 a importância do encontro para as mulheres indígenas como forma de se entenderem,
 83 como conhecimento e troca de experiência, desse modo o fortalecimento será maior.
 84 Garante que estará presente para tentar ajudar a entender os problemas enfrentados, e
 85 que quer o fortalecimento das opiniões das mulheres. Será importante se todos os
 86 conselheiros apoiarem as propostas das mulheres. **Adriano/Etnia Xetá:** realiza um
 87 apontamento na fala da Marcia e da Fátima, em São Jerônimo começou um movimento
 88 das mulheres indígenas pensando no futuro, as lideranças apoiaram a luta até que uma
 89 mulher indígena se lançou vereadora e pela primeira vez foi eleita. Expõe a importância
 90 das mulheres na luta, sempre tiveram o apoio dos homens e o que faltava era se
 91 colocarem a frente, as mulheres precisam pegar o que é de direito delas. **Secretária-
 92 executiva/Taise Alessandra Passos:** Na câmara das mulheres indígenas no comitê de
 93 enfrentamento a violência há vários órgãos e a ideia é ser uma câmara temporária que
 94 entregue produtos que tenham resultados voltados para a criação do protocolo e fluxo de
 95 recebimento das denúncias de violência e quais órgãos as mulheres podem recorrer em
 96 caso de violência. Realiza o próximo informe referente a alteração da lei do Conselho que
 97 estava sendo solicitado desde a primeira reunião para alteração de algumas palavras e a

98 forma de se referir a cultura indígena. Como também, a inclusão de mais uma cadeira
99 para a etnia Xetá e para a SEAP, por conta do sistema paritário. Além disso, será aberto
100 um edital para complementar essas vagas, bem como a vaga da suplência da Fátima,
101 questiona se todos concordam esperar sair a lei para abrir um edital só para preencher as
102 vagas. Solicitação aprovada pela plenária. **Miguel/Etnia Kaingang:** diz que como vai sair
103 o edital podem esperar, pois até então a Fátima já está exercendo a função. Todos
104 concordam. Ainda, volta para o encontro de mulheres e expõe que as vezes os homens
105 são entendidos diferentes, mas que é apoiador da causa pois tem três filhas mulheres,
106 família e tem visto o que tem acontecido com as mulheres. A troca de experiência tem
107 mudado a visão dos povos, indiferente de ser indígena ou não e das etnias, pois o
108 preconceito existe entre a população indígena também, e esse evento traz uma inovação
109 de parceria entre os grupos e deve acontecer mais vezes, cita que tem uma associação
110 de mulheres em sua comunidade e que podem contar com o apoio.

111 **Pauta: Aprovação das Atas das reuniões dos dias 25 e 26 de setembro.** Atas
112 aprovadas. **Pauta: Relato das Comissões.** Comissão de Território e Saúde:
113 **Miriam/SEAB:** os primeiros protocolos foram sobre a questão de saneamento e água,
114 que inicialmente era somente sobre Guaíra e Terra Roxa, mas o debate avançou de
115 forma abrangente para as comunidades. A Sanepar explicou sobre o abastecimento de
116 água no oeste. Informa que as comunidades ainda seguem com falta de água, e o
117 encaminhamento foi de um ofício do Conselho e DSEI para a Sanepar pedindo ampliação
118 do volume das caixas de água nas comunidades. As comunidades farão os
119 levantamentos e encaminharão para o Neoli, para que ele prepare a documentação a ser
120 enviada. Também foi levantada a questão do Posto Velho com relação a abastecimento
121 de água, mas já foi entrado em contato com a empresa e amanhã a empresa estará lá. O
122 ofício do Conselho Tutelar a representante do DSEI passou que já estaria encaminhado.
123 **Carolina/FUNAI:** cita sobre a necessidade de considerar as soluções efetivas e
124 definitivas pela Sanepar, pois o caminhão-pipa é apenas paliativo. **Miriam/SEAB:** segue
125 sua fala sobre a definição de políticas públicas efetivas e duradouras, a Sanepar prezou
126 por atender as questões emergenciais agora, mas alguns termos de cooperação estão
127 sendo negociados com os municípios para questões mais duradouras. Menciona a
128 necessidade da SEMIPI começar a trabalhar a articulação entre as secretarias e a
129 elaboração do plano dos povos indígenas, para que possam trabalhar em cima de metas

130 e recursos para desenvolver as ações. Cada secretaria tem seu plano e coloca toda a
131 população, sendo assim as secretarias não podem deixar de olhar para as demandas dos
132 povos indígenas. O outro tema trabalhado foi o da saúde mental, qual envolve vários
133 fatores como moradia, segurança alimentar, cultura, e entra aqui novamente a
134 importância de ter o plano estadual que abarque a amplitude das questões e que possa
135 trazer soluções efetivas para que não se fique mais discutindo as consequências. Foi
136 trazido na câmara também sobre a falta de preparo dos profissionais de saúde com
137 abordagem especializada para povos indígenas, questão que reflete a necessidade de
138 capacitação e reforça que o plano traga as questões de moradia. Necessidade de chamar
139 a COHAPAR para uma conversa para ter questões e projetos específicos para atender a
140 comunidade indígena (pegar projeto já iniciado na SUDIS). Sobre o plano, cita a
141 possibilidade de se criar um fundo estadual como nos outros conselhos, para o
142 atendimento de questões emergências e desenvolver propostas de fomento, infraestrutura
143 e projetos que poderiam ser discutidos no Conselho para serem trabalhados com o fundo.
144 **Schirle/IAT:** na questão dos fundos, seja levantado nos outros conselhos se há
145 indicativos das questões indígenas para que possa canalizar no que é discutido nas
146 comissões, para ver a possibilidade de apoio nas iniciativas. **Luiz/COHAPAR:** em reunião
147 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná (CEDIPI) foi enviado um
148 ofício pedindo como o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (FIPAR) poderia
149 apoiar a questão dos povos indígenas. O plano ajuda o Conselho a ter metas para cobrar
150 e legitimar que as secretarias possam destinar recursos. **Eloy/Etnia Guarani:** informa que
151 recebeu ontem um comunicado sobre os comitês de discussão das bacias hidrográficas,
152 na realidade a demanda é pela presença indígena nos comitês. Essas questões também
153 discutem fundos, solicita aos caciques que levem as lideranças de base essa informação.
154 **Secretária-executiva/Taise Alessandra Passos:** pode ser enviado ao grupo do
155 Conselho para que vejam como encaminhar. **Schirle/IAT:** a coordenadora estadual de
156 bacias hidrográficas é a Daniella Tortato. **Adriano/Etnia Xetá:** a etnia Xetá está com
157 território parado, avançou 40% e parou após ser contestado pela igreja e fazendeiros. A
158 FUNAI parou com a delimitação, e solicita quando forem discutir nas câmaras que relatem
159 sobre os povos Xetá, que sofreram e estão divididos em outras aldeias. Se sentem tristes
160 pois não são citados nos debates, e que são a única etnia do paraná que não tem terra,
161 pois a FUNAI e os órgãos públicos cruzaram os braços. Pede que lembrem nas câmaras

162 técnicas da questão dos Xetá, diz que entrou na câmara errada mas que pede para que
163 lembrem das demandas. **Secretária-executiva/Taise Alessandra Passos:** explica que
164 um dos relatos da câmara de território foi propor uma reunião com a COHAPAR ou
165 retomar o levantamento entregue para SUDIS relacionado a moradia, solicita colaboração
166 dos coordenadores das câmaras para que ajudem com os encaminhamentos. Expõe que
167 na última reunião teve dois encaminhamentos relacionados ao território Xetá, pede para
168 que fiquem em cima disso para não deixar a pauta se perder, e que caso queira trocar de
169 câmara pode realizar a troca, pois acredita que ninguém vai ter nada contra.
170 **Adriano/Etnia Xetá:** indica que vai permanecer na de comissão de direitos humanos, e
171 quando a Indioara entrar vai para a de território. **Mauro Leno/FUNAI:** explica sobre o
172 trabalho da FUNAI, desde dois mil e vinte e dois abriram a frente da causa Xetá e na
173 transição de governo Lula a causa foi colocada como uma prioridade nesses quatro anos,
174 mas administrativa e juridicamente hoje a FUNAI não tem como atuar. O que está
175 impedindo a demarcação do território é unicamente a agropecuária Santa Maria por meio
176 de questões judiciais. Estão pensando as medidas pelas beiradas que podem fazer para
177 chegar a dona do território, que hoje é de uma das pessoas mais ricas do Brasil, e estão
178 tentando chegar nessa pessoa para que possam devolver o território, que não é pelos
179 impeditivos administrativos e jurídicos que estão de braços cruzados, estão sempre
180 correndo junto e se compromete enquanto antropólogo, não enquanto FUNAI, então estão
181 correndo pelas beiradas para ver se acham outra solução. Na audiência pública com o
182 Renato Freitas foi sugerido um fundo do Governo do Estado para que consigam essa
183 terra, pois efetivamente, administrativamente e juridicamente não conseguem avançar.
184 **Caroline/FUNAI:** cita que na reunião passada foi solicitado um comunicado ao
185 governador, pois o governo foi o responsável pela expulsão dos Xetás do território. O
186 encaminhamento ao governador foi de solicitar apoio expresso, por ser documentada
187 essa expulsão, para que o governo reconheça esse fato e tome frente na resolução.
188 **Mauro Leno/FUNAI:** passou para a SUDIS o modelo que o Rio Grande do Sul adotou
189 para outras terras indígenas, reconhecendo sua parte na titulação e pagando a terra, com
190 a FUNAI pagando as benfeitorias, que passaram para o Governo do Estado como o Rio
191 Grande do Sul resolveu a questão lá. A plenária cita sobre ser um encaminhamento
192 possível chamar o governador para participar do encontro de caciques. **Eloy/Etnia**
193 **Guarani:** entende que é um compromisso do atual governo com o Ministério dos Povos

194 Indígenas, e que mais uma vez é uma questão muito específica dos Xetá, traz essa dor
 195 que carregam de ver o tempo passar e as coisas não avançarem. O Conselho pode
 196 promover uma audiência com o Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI e o conselheiro
 197 do povo xetá. **Osmarina/CIMI:** fala sobre a necessidade de ampliar as formas de
 198 solucionar, fazendo uma audiência na Câmara dos Deputados com a Deputada Célia
 199 Xakriabá, e que viabilize o encontro para que os xetás se reúnam para pensar uma
 200 estratégia, reunir com o MP, é necessário que o MPF faça uma ação de reparação
 201 também. **Miguel/Etnia Kaingang:** reforça a necessidade de encaminhamento.
 202 **Schirle/IAT:** aborda a necessidade de levar as pautas mais importantes do Conselho
 203 para o governador. A plenária comenta sobre enviar convite para o governador para o
 204 encontro de caciques, deixar data definida para que os conselheiros se organizem de que
 205 forma farão para que o governador se faça presente. Sugestão de criação de câmara
 206 temporária para os estudos da pauta da demarcação. Seguem para a próxima pauta sem
 207 encaminhamento. Comissão de Direitos Humanos: **André/SESP:** comenta primeiramente
 208 sobre fornecimento de cestas básicas para aldeia Pindoty na Ilha da Catinga em
 209 Paranaguá, na qual as famílias não estão recebendo as cestas regularmente.
 210 Encaminhado para a SEMIPI realizar resposta que ressalte a importância da regularidade
de entrega das cestas. A Prefeitura de Maringá respondeu que há duas casas de
 212 passagem uma com cinquenta famílias para Terra Indígena do Ivaí e outra governamental
 213 para cinquenta pessoas. A prefeitura de Guaíra respondeu o ofício sobre o número de
 214 crianças indígenas matriculados na rede pública, mas alegaram a Lei de Proteção de
 215 Dados para não responder. A comissão entende que a solicitação foi feita não de dados
 216 individualizados e sim de números de crianças em geral. Deliberação do CEDCA sobre
 217 cestas básicas durante a pandemia, não houve resposta. **Secretaria-executiva/Taise**
 218 **Alessandra Passos:** cita que encaminhou ofício pedindo informações para FUNAI e
 219 CONAB, para que pudesse ser respondido o Ofício sobre a distribuição de cestas básicas
 220 da aldeia Pindoty. A pauta da casa de passagem foi o encaminhamento da última reunião
 221 em que foram solicitados todos os regimentos das casas de passagem. Sobre o CEDCA
 222 foi também um encaminhamento da reunião passada, que não entendeu o contexto do
 223 por que foram solicitados esses dados no relato da reunião passada. **Carolina/FUNAI:** a
 224 FUNAI recebeu o mesmo ofício da Defensoria Pública, certas informações a Defensoria
 225 não sabe, mas que a pergunta é descabida pois não existe nenhuma frequência de

226 entrega de cestas, não existe um contrato com a CONAB para a entrega de cestas.
227 Existem aldeias que recebem do município pois o CRAS entrega, e não existe ninguém
228 responsável por entregar cesta básica nas aldeias. Indígenas não recebem bolsa, recurso
229 e nem cesta básica, que a FUNAI entrega quando tem. **Mauro Leno/FUNAI:** é importante
230 que a assistência social esteja com os levantamentos das aldeias em dia, por que isso
231 aumenta o repasse do Governo Federal para o município. Como por exemplo em Balsa
232 Nova há ocupação recente e já está sendo cadastrada para que seja repassado dinheiro
233 para prefeitura a ser direcionado as comunidades indígenas. O problema é que muitas
234 vezes a prefeitura não usa o dinheiro nas comunidades. Até dois mil e dezenove a FUNAI
235 teve um contrato com a CONAB para entrega de cestas, quando foi descontinuado era
236 pandemia e a FUNAI demorou seis meses para comprar a cesta básica emergencial. O
237 Fundo da Criança e Adolescente Indígena e Quilombola que supriu essa demanda. Afirma
238 que quando precisam emergencialmente de seis milhões do Estado para cestas básicas
239 conseguem, mas quando pedem dez milhões para a SEAB para uma estrutura que dê
240 autonomia produtiva para as comunidades para garantir sua segurança alimentar não
241 conseguem. Pede que no Conselho possam fazer esse direcionamento de ações
242 estruturantes no Estado. As únicas cestas que a FUNAI entregou junto a CONAB é por
243 conta do conflito do Condá em Mafra, Balsa Nova e Parque do Mate. **Comissão de**
244 **Educação e Cultura: Renê/SETI:** Primeiramente ficaram com o protocolo sobre as
245 empresas terceirizadas da área da educação que pagam salários baixos e estão
246 causando problemas, assim, encaminham que a SEED solicite fiscalização trabalhista
247 junto as empresas terceirizadas. O segundo protocolo foi com relação ao luto que ocorre
248 quando algum parente de uma criança morre, as escolas não param, por vezes as
249 crianças levam faltas o que entra em conflito com a cultura. Proposta para que todos
250 fizessem reivindicação para que pudesse ser realizado com os alunos um ato de
251 conhecimento da cultura e participação do luto, pois tem que ser respeitado. Comenta que
252 seria interessante o Conselho enviar solicitação para a SEED relatando que a questão do
253 luto apareceu nas câmaras e para que as escolas entrem com projeto para que os
254 professores possam acompanhar o luto e a cerimônia, desse modo integrando a cultura
255 local. Com relação a saúde, sugere uma reunião com a SESA, SESAI e prefeituras para
256 delimitar as competências no atendimento a problemas relacionados a educação especial,
257 convocar reunião mediada pelo Conselho, com presença do MP para que esses entes

258 definam até onde vai a competência de cada um. Além disso, levar junto a SETI uma
259 proposta para realização de cursos, sendo ligados a formação do idioma e de professores
260 de guarani, kaingang e xetá, das plataformas nas escolas, pedagogia geral.
261 **Melissa/SEED:** complementa no detalhamento da sugestão de formação, que é tanto em
262 nível de licenciatura voltada para o ensino das línguas quanto proposta de formação de
263 professores que estão trabalhando no ensino da língua indígena para construção de um
264 referencial de currículo no ensino das línguas indígenas. **Secretaria-executiva/Taise**
265 **Alessandra Passos:** sobre a questão dos dados de corte do Bolsa Família para as
266 crianças que não estão mais conseguindo frequentar as escolas. **Izaias/Etnia Guarani:**
267 explica que estão com problemas com os ônibus que não passam quando chove, as
268 crianças faltam e as mães perdem a bolsa. Entrou em contato com o pessoal do CRAS
269 mas algumas mulheres ainda não estão recebendo. Inclusive seu filho quebrou o braço,
270 pegou atestado mas acabou com falta e foi cortada a bolsa, que mesmo com atestado as
271 faltas estão sendo lançadas. **Antoninho/Etnia Guarani:** cita sobre as especificidades das
272 questões de luto, que não pode atrapalhar os dias letivos e esse não é um problema da
273 comunidade dele. Dentro do território dele, ele tem essa autonomia, então depende de
274 cada território, essa foi uma reivindicação do Angelo. **Everton/Etnia Kaingang:** sobre a
275 adequação do cardápio das escolas indígenas, estão sendo feita as trocas dos alimentos,
276 e a nutricionista vai a escola e vê o que o Estado manda sem ter a participação do que o
277 indígena precisa naquele momento. O Estado manda o cardápio e a nutricionista só vê a
278 aplicação do que está sendo feito. A questão do luto também é respeitada na escola de
279 seu território. **Fátima/Etnia Kaingang:** as escolas e merendas devem ser diferenciadas.
280 Por vezes as crianças vêm com dor de barriga por comer ervilha, não podem comer
281 enlatados. Quando os diretores são não-indígenas jogam a culpa para o núcleo, e o
282 núcleo joga para a SEED, e a comunidade fica presa nessa questão de saber quem é o
283 chefe. **Melissa/SEED:** expõe que a escola pode registrar no sistema merenda o que é
284 rejeitado, pode solicitar ao núcleo a troca. A merenda é referência nacional, por
285 agricultura familiar, tem diversidade e quantidade, e que por vezes quem preenche o
286 sistema não sabe, mas deve ser preenchido pois é isso que diz para o Estado o que
287 precisa ajustar. **Ionara/SEED:** cita que é orientado que a escola sinalize qual alimento
288 não é consumido na comunidade, reforça o que a Melissa trouxe sobre a merenda escolar
289 do Paraná ser referência no atendimento as comunidades. **Melissa/SEED:** complementa

290 sobre a necessidade de oficiar o CRAS de Terra Roxa para questionar sobre os casos de
291 corte das bolsas, questionar o que está acontecendo, pois a informação do colégio
292 estadual que atende as comunidades não está sendo essa. Está tendo algum choque de
293 informações. **Mauro Leno/FUNAI:** pergunta se a incorporação do pinhão das
294 comunidades na merenda avançou, e se existe nos campos das faltas algo específico de
295 acompanhar os pais no artesanato, pois é um período de aprendizado. Se há orientação
296 às direções para que não pesem a mão para crianças que acompanham os pais no
297 artesanato. **Izalias/Etnia Guarani:** a justificativa das crianças é necessária, precisam
298 verificar onde está sendo o problema. Receberam uma documentação que amanhã será
299 entregue cesta em Guaíra, e o assistente social não queria que entregasse para a
300 comunidade. Tiveram uma reunião com o MP e foi feito documento para o município
301 entregar as cestas para cada comunidade, pois se a comunidade tiver que ir buscar os
302 alimentos oferece riscos. **Melissa/SEED:** não tem informações sobre o pinhão, afirma que
303 existe a perspectiva de desburocratizar as associações da agricultura familiar para
304 distribuir o produto, e que por enquanto isso é uma perspectiva futura. Em relação as
305 faltas, hoje há no Estado um sistema digitalizado para controle de frequência, em que é
306 feito o acompanhamento do aluno. Nenhum servidor pode dizer que o aluno esteve
307 presente se não esteve, para justificar legalmente a ausência somente em caso de
308 atestado médico, luto registrado, e não computa falta para o aluno. Explica sobre o
309 número de faltas dos alunos, que no campo de observação é possível registrar que a
310 família está vendendo artesanato, é possível e orientado que esse aluno seja acolhido,
311 compreendido e que tenha um reforço. Só não é possível justificar isso como presença ou
312 abono de faltas, pois isso implica na legislação, se orienta o acolhimento e reforço do
313 aluno, mas o dia letivo não tem como repor. **Secretária-executiva/Taise Alessandra**
314 **Passos:** pergunta sobre as crianças não terem condições de chegar pela falta de ônibus
315 se é justificado. **Ionara/SEED:** explica diferença entre justificar a falta e abonar, pois
316 abonar é dizer que a falta não existiu, então, essas faltas são justificadas e não são
317 prejudicados. **Eloy/Etnia Guarani:** fala do encaminhamento da questão do luto, se tiver
318 prejuízo a comunidade se manifesta e vê se é possível fazer algo. **Melissa/SEED:** o
319 encaminhamento para essa pauta é que o Conselho deve comunicar a SEED sobre a
320 discussão, e as comunidades devem apresentar as suas formas de lidar com o luto e
321 propor qual vai ser o protocolo nesse caso, a escola pode ter isso em seu regimento e

322 apresentar para o núcleo regional, o que não pode deixar de haver na previsão é o
323 cumprimento dos 200 dias letivos. **Luiz/COHAPAR**: diz que o encaminhamento seria uma
324 solicitação a SEED que oriente suas escolas em terras indígenas para que elabore esse
325 plano de luto junto a comunidade. **Eloy** encerra a reunião. Esta ata foi redigida durante a
326 reunião.